

REPRESENTAÇÕES DO MEIO AMBIENTE

CLIMA, CULTURA, CINEMA

JOSÉ FRANCISCO SERAFIM
SERGIO RICARDO LIMA DE SANTANA
Organizadores



JOSÉ FRANCISCO SERAFIM
SERGIO RICARDO LIMA DE SANTANA
Organizadores

**REPRESENTAÇÕES
DO MEIO AMBIENTE**
CLIMA, CULTURA, CINEMA

EDUFBA
Salvador, 2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

José Francisco Serafim

Sergio Ricardo Lima de Santana

PARTE I REPRESENTAÇÕES DO MEIO AMBIENTE

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EMPREGOS VERDES E

SUSTENTABILIDADE 15

Maria da Conceição Pereira Ramos

**CLIMA, CULTURA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: BREVE RELATO
DE UM PASSEIO DE MÃOS DADAS** 37

Carlos Roberto Franke

SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA: APRENDENDO COM A

TEIA DA VIDA 51

Maria Suzana Moura

Ian de Castro

RUÍDO E MEIO AMBIENTE 61

Olívio Patrício

**ESPAÇOS E TEMPOS DA(S) CULTURA(S) DO MAR: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS SOCIAIS, INTERCULTURAIS E DE SAÚDE** 87

Natália Ramos

PARTE II

REPRESENTAÇÕES DO MEIO AMBIENTE NO CINEMA

ALGOL, A TRAGÉDIA DO PODER: O MEIO AMBIENTE NO CINEMA MUDO ALEMÃO 111

Sergio Ricardo Lima de Santana

A REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA NA OBRA FÍLMICA DE ROBERT FLAHERTY 125

José Francisco Serafim

SÍNCRESE CÔMICA E RUÍDOS INFIÉIS NO MUNDO AUDIOVISUAL DE JACQUES TATI 135

Guilherme Maia

A DIMENSÃO PRAGMÁTICA DA NARRATIVA E DO DISCURSO DOS FILMES SOBRE CLIMA E MEIO AMBIENTE 151

Mahomed Bamba

DAS ESTRATÉGIAS AUDIOVISUAIS UTILIZADAS PARA A ADESÃO AO DEBATE SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE DE RECEITAS PARA O DESASTRE (2008) DE JOHN WEBSTER 169

Sandra Straccialano Coelho

FILMES-CATÁSTROFE: A NATUREZA OBTÉM SUA VINGANÇA NO CINEMA DO SÉCULO XXI 181

Luiz Philipe Fassarella Pereira

SOBRE OS AUTORES 199

ESPAÇOS E TEMPOS DA(S) CULTURA(S) DO MAR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS SOCIAIS, INTERCULTURAIS E DE SAÚDE

Natália Ramos

O mar. O mar novamente à minha porta.
Vi-o pela primeira vez nos olhos
de minha mãe, onda após onda,
perfeito e calmo, depois,
contra falésias, já sem bridas.
Este mar, que de tão longe me chama,
que levou na ressaca, além dos meus navios?
Eugénio de Andrade, *Mar, Mar e Mar*.

INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade, o mar desempenha um papel fundamental na história, na economia, na cultura portuguesa, europeia e mundial e na construção de um mundo global e intercultural, articulando continentes e espaços e aproximando culturas e povos.

Na contemporaneidade, multiplicam-se os usos e aproveitamentos do mar, apoiados em tecnologias cada vez mais sofisticadas, desde a exploração de recursos marinhos, gestão ambiental, transportes e comunicações, ao comércio, lazer e turismo, ao mesmo tempo, que se reconhece a necessidade de avaliar os impactos de vária natureza e a investigação nesta área.

O mar ocupa um espaço muito importante no imaginário individual e coletivo, nomeadamente português, constituindo-se como elemento forja-

dor de identidades, fonte inesgotável de representações a diferentes níveis, e de afetos, percebido por alguns como uma mãe simbólica, relacionando-o ao arquétipo da Mãe Aquática.

Para muitas populações marítimas que vivem da subsistência do mar e com ele têm uma relação estreita, o mar é considerado uma entidade viva, materna e protetora ou ameaçadora e tenebrosa, com a qual é necessário reconciliar-se através de rituais.

O mar assume-se hoje como um recurso estratégico, uma fonte de recursos e riqueza que se pretende conservar, a sua importância e proteção sendo reconhecida internacionalmente através de diferentes medidas, nomeadamente de datas comemorativas. Assim, a *Organização Marítima Internacional* estabeleceu o *Dia Mundial do Mar*. O *Dia Mundial do Oceano*, comemorado a 8 de Junho, foi criado em 1992, por ocasião da *Cimeira da Terra*. Para realçar a importância deste setor, a Comissão Europeia decidiu celebrar, a 20 de Maio, o *Dia Marítimo Europeu*. Também em Portugal, a Resolução n.º 83/98 do Conselho de Ministros institucionalizou o dia 16 de Novembro, como o *Dia Nacional do Mar*.

Figura 1

Comunidade piscatória, Cabedelo, João Pessoa, Brasil.

Foto: Natália Ramos, 2011.



Figura 2

Comunidade piscatória de Vila Chã. Norte de Portugal.

Foto: Natália Ramos, 2010.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), e a *Agenda 21 da Conferência do Rio* visam a gestão integrada e sustentável do oceano, no respeito pela solidariedade entre as atuais e futuras gerações. Estas preocupações estão presentes na Comunidade Europeia e em Portugal.

Na Europa, existem seis agências que se ocupam dos assuntos relacionados com os mares: a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros; a Agência Europeia de Defesa, a Agência Espacial; a Agência Europeia da Segurança Marítima; a Agência Comunitária de Controlo de Pescas; e a Agência Europeia do Ambiente.

A Comunidade Europeia adotou, em 2007, o *Livro Azul*, apresentando a nova *Política Marítima Integrada da União Europeia*, no sentido da articulação entre si de todas as políticas relacionadas com o mar. Dentre os principais objetivos desta política, está a promoção da qualidade de vida nas regiões costeiras. No *Livro Azul da UE*, sublinha-se que o crescimento demográfico nas regiões litorais e insulares foi duas vezes superior ao crescimento demográfico médio na União Europeia.

Em Portugal, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82 de 08/09/2009 define também, uma “*política de desenvolvimento sustentável apoiada numa gestão integrada e coordenada dessas áreas*” para salvaguarda das condições ambientais e dos interesses económicos, sociais, culturais e de lazer. No contexto nacional e internacional, Portugal é signatário de convenções e acordos tendo como objetivos a protecção e conservação das zonas costeiras.

Em 2006, Portugal lança a *Estratégia Nacional para o Mar*, projeto que promove a coordenação das políticas e ações relacionadas aos assuntos do mar, como resposta à necessidade portuguesa de definir uma política integrada de coordenação intergovernamental dos assuntos do mar.

O Plano de Acção 2007-2013 foi um documento elaborado para a definição de metas e ações prioritárias de intervenção no litoral português, este plano sendo revisto de dois em dois anos, para atualização e avaliação das prioridades de intervenção e ações implementadas.

O Programa Operacional de Pescas 2007-2013 (PROMAR), que sucedeu ao MARE, é cofinanciado pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), tendo como preocupação promover a competitividade, a qualidade e a sustentabilidade do setor das pescas.

Os oceanos constituem 78% da superfície da terra. Muitas populações vivem na dependência direta do mar. O mar e os recursos marinhos dão uma contribuição importante para o desenvolvimento, crescimento e emprego em todo o mundo, nomeadamente, na União Europeia, onde se inclui Portugal, e no Brasil.

A relação entre o homem e o mar tem sido marcada, sobretudo nos últimos anos, por uma crescente contradição. O mar é considerado importante fonte de recursos que se pretende conservar, mas é, também, objeto de exploração abusiva dos recursos e do meio marinho gerando sobre-exploração e destruição.

Os tempos e os espaços das comunidades marítimas, a vida social, económica e cultural das populações ligadas ao mar regem-se por representações, rituais, comportamentos, estilos de vida e atividades, as quais dão lugar, não só a modos de pensar e agir próprios dos indivíduos e dos grupos que a constituem, como também, promovem práticas e contextos, mais ou menos favoráveis à saúde, segurança e proteção.

Nas comunidades marítimas, a urbanização, a migração, o turismo, as políticas ambientais, de género e da pesca, bem como as novas exigências tecnológicas e de qualificação vieram alterar processos tradicionais da pesca e ambientais e dinâmicas familiares e educacionais. Contudo, embora se verifique modernização crescente e transformações nas comunidades marítimas e nas atividades tradicionais, nomeadamente da pesca, na educação, na família e nos papéis sociais e de género, continuam a existir tempos e espaços masculinos e femininos, atividades e papéis distintos e complementares para homens e mulheres.

As transformações ambientais e culturais sofridas nestas comunidades vieram também, provocar desequilíbrios nos ecossistemas, os quais constituíam os seus principais modos de subsistência, obrigando as populações a terem de modificar o seu espaço de vida, familiar e de trabalho. Estas mudanças ameaçaram recursos naturais já escassos, afetando a capacidade de subsistência das populações, obrigando muitas famílias a abandonar meios tradicionais de trabalho como a pesca, a organizar novos modos de ocupação e de produção, geralmente em atividades relacionadas com o turismo.

Figura 3

Comunidade *piscatória* de Vila Chã, Norte de Portugal.

Foto: Natália Ramos, 2010.



Figura 4

Comunidade *piscatória* de Tambaú, João Pessoa, Brasil.

Foto: Natália Ramos, 2011.

MAR, REGIÕES COSTEIRAS E ATIVIDADES MARÍTIMAS

As Zonas Costeiras têm uma importância estratégica em termos ambientais, econômicos, sociais, culturais e recreativos.

A ocupação do litoral português, como igualmente, o brasileiro, tem vindo a aumentar nos últimos anos, verificando-se um processo migratório forte do interior do país para as cidades do litoral, na procura de melhores oportunidades de vida, de melhores equipamentos e infraestruturas.

Portugal tem um vasto litoral e um potencial hídrico importante, cujas características favorecem as atividades marítimas, piscatórias e urbanas, o desenvolvimento social, econômico, industrial, turístico e cultural e as comunidades e culturas marítimas, em geral.

O litoral português possui uma linha de costa de cerca de 970 km, concentrando mais de 70% da população portuguesa. Portugal detém a maior zona econômica exclusiva marítima da UE (28,44%). Já a zona costeira do Brasil totaliza cerca de 8 500 km de extensão, (incluindo as reentrâncias) concentrando-se nela mais de 47 milhões de habitantes. (IBGE, 2000)

As regiões marítimas abrigam 50% da população da União Europeia e representam mais de 40% do seu Produto Interno Bruto (PIB). A União Europeia, possui a maior superfície marítima do mundo. Tem 1200 portos, a maior rede de portos e a maior frota mercante do mundo, sendo a região mundial mais competitiva a este nível. Na UE mais de 90% do comércio externo e mais de 40% do seu comércio interno realizam-se por via marítima. O setor das pescas da União Europeia é o terceiro maior do mundo. Mais de 90% do comércio internacional processa-se pelo mar.

Em Portugal, no ano de 2009, o número de pescadores envolvidos no setor da pesca comercial, inscritos nas capitánias marítimas, era de 17.339 indivíduos, compreendendo todos os que possam ter atividade na pesca, ainda que de forma sazonal ou a tempo parcial, concentrando-se maioritariamente no grupo etário dos 35 a 54 anos (60% do total). (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2010)

Ao nível econômico, Portugal é o terceiro maior consumidor de peixe no mundo, depois do Japão e da Islândia.

As grandes alterações ocorridas ao nível ambiental e marítimo, nestes últimos tempos, têm aumentado riscos sociais e para a saúde humana. O crescimento caótico urbano litoral, a pesca predatória, o lançamento de esgotos sem tratamento e outros impactos ambientais, têm provocado a destruição de habitats litorais e recursos naturais, a perda da biodiversidade e inúmeros resíduos e riscos para a saúde..

Assim, podemos afirmar que os mares, as atividades e as políticas com eles relacionadas afetam a qualidade de vida, a segurança e a saúde humana, apresentando benefícios e riscos com impactos para o indivíduo, as culturas e o meio ambiente.

A poluição marítima tem aumentado devido a atividade urbana, industrial e agrícola, ao crescimento demográfico das zonas costeiras e à expansão das cidades. Ao nível dos impactos sobre os mares, o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* – PNUMA alertou para o fato de que mais de três quartos da contaminação dos mares é originada por esgotos e resíduos industriais. Em 1981, segundo este Programa, os países da Europa lançaram no Oceano Atlântico 94 000 toneladas de lixo nuclear. Este Programa salienta que os mares recebem anualmente 300 milhões de toneladas de esgotos, 15 mi-

lhões de toneladas de sedimentos, 11 milhões de lixo industrial e 2,3 milhões de toneladas de petróleo, tudo isto afetando a saúde dos mares e a saúde humana.

No contexto europeu, o desafio da preservação ambiental dos espaços marítimos foi reafirmado com a adoção da *Directiva do Meio Marinho*, a qual estipula a obrigação dos estados costeiros da União Europeia assegurarem, até 2020, a qualidade ambiental das suas águas, incluindo as respeitantes às suas zonas econômicas exclusivas.

Ao nível dos impactos ambientais, o mar e as zonas costeiras são dos que mais sofrem com as alterações climáticas. A relação dos oceanos com as alterações climáticas é interativa: o sistema do mar influencia e modera os efeitos das alterações climáticas e, por outro lado, as consequências dessas alterações incidem com especial gravidade sobre o mar, afetando-o negativamente.

A subida do nível da água do mar, o aumento das tempestades, a erosão costeira e as inundações nas bacias hidrográficas constituem uma ameaça crescente nas regiões costeiras da Europa. Esta preocupação está presente no *Livro Branco da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas*, adoptado pela Comissão Europeia (UE) em 2009, onde se recomenda que a UE venha a adoptar uma estratégia de adaptação aos impactos das alterações climáticas especificamente dedicadas às zonas costeiras e marítimas da Europa.

Figura 5

Homens e Mulheres em Atividades Piscatórias. Vila Chã, Norte de Portugal.

Foto: Natália Ramos, 2010.



Figura 6

Homens em Atividades Piscatórias. Tambaú, João Pessoa, Brasil.

Foto: Natália Ramos, 2011.

CULTURA E GENTES DO MAR

Em Portugal e em outros contextos, as comunidades marítimas e piscatórias não constituem um todo homogêneo, comportando uma grande diversidade social interna. Todavia, a par das diferenças e contrastes internos, existe também, em relação ao exterior, uma unidade fundamental, um *habitus* (Bourdieu, 1983), um *ethos* cultural. Existem tempos e espaços próprios nas populações marítimas e piscatórias e nos seus modos de vida e de pensamento, presentes na rede de relações sociais, familiares e de gênero que proporcionam, nas suas atividades, rituais e símbolos os quais são evocados através de aspectos iconográficos, artísticos, históricos e literários. Encontramos nas zonas marítimas e piscatórias diverso patrimônio cultural, muitos objetos, casas, monumentos e calçadas decoradas com elementos evocando o mar, a pesca e os pescadores (Figuras 7 e 8), numa afirmação de identidade e de pertença.

Figura 7

Marcas Identitárias das Gentes Marítimas. Costa da Caparica, Almada.

Foto: Natália Ramos, 2011.

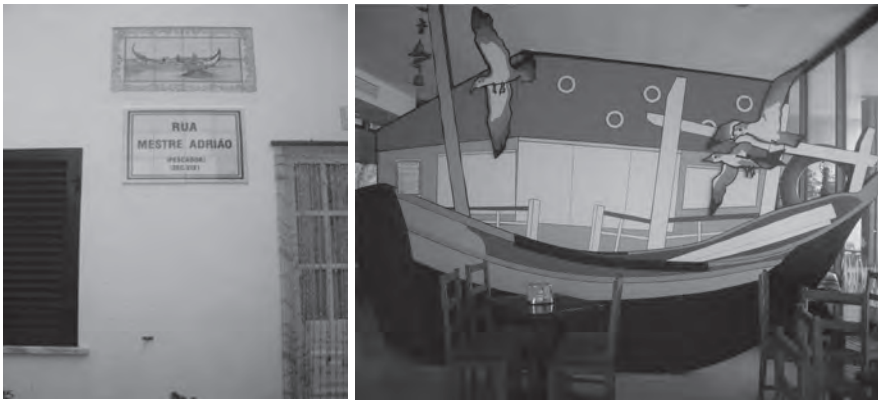


Figura 8

Marcas identitárias das gentes marítimas Costa da Caparica, Almada.

Foto: Natália Ramos, 2011.

Estas redes de sociabilidades e de símbolos constituem a unidade de base, presente na construção da sua identidade e sentimento de pertença, numa relação permanente de interação e de separação entre a terra e o mar, entre a casa e a pesca, entre o passado e o presente.

Experiências, gerações, modos de transmissão e conhecimento estão em mudança nestas comunidades e atividades do mar e das pescas orientadas, ainda pela experiência e saberes do passado mas, já não podendo dispensar a qualificação e a tecnologia atual. Na atualidade, saberes, práticas, atividades, papéis masculinos e femininos, são colocadas à prova nas comunidades marítimas, afetadas pela urbanização, migração, turismo, políticas ambientais, de género e da pesca, novas exigências tecnológicas e de qualificação, fatores que vêm alterar processos tradicionais da pesca, ambientais, familiares, educativas e sociais.

Ao longo da infância, nas comunidades piscatórias tradicionais, são adquiridos saberes e práticas que contribuem na estruturação psíquica e cultural das crianças, dos homens e das mulheres do mar e os integram nas atividades sociais e culturais da comunidade. Estas aprendizagens permitiam aos meninos o domínio da natureza, dos ventos, das marés, das luas, da navegação. Para as meninas, esta aprendizagem consistiam em tarefas diárias que compoem o mundo doméstico, para além de atividades na ajuda da pesca e da agricultura.

As crianças e jovens do mar estão hoje mais afastados do mundo da pesca, estão mais escolarizadas, têm acesso a mais informação, às novas tecnologias, nomeadamente da comunicação, e a novos trabalhos e empregos, mas o imaginário de uma infância na praia entre barcos, redes, praias e marés, continua a fazer parte do seu imaginário e da sua memória, quando entrevistados. (RAMOS, 2010, 2011)

Em Portugal constata-se uma abertura, educacional, social e cultural das famílias piscatórias, sobretudo no domínio das expectativas em relação aos filhos e de novas oportunidades de vida, através da escolarização e de empregos mais valorizados ao nível social e económico. Esta nova forma de encarar o futuro dos filhos permite um intercâmbio entre a “sua cultura piscatória” e novas formas de projetar o futuro, transmitidas pelas vivências das novas gerações, e pelos novos valores e realidades sociais.

Os tempos e espaços das comunidades marítimas caracterizam-se, também, por símbolos, tradições culturais, festas e rituais profanos e religiosos, que se transmitem de geração em geração e onde crianças, homens e mulheres participam, contribuindo na transmissão cultural e na construção identitária, individual e coletiva, assim como, por medos, temores, acidentes e naufrágios, por suor, angústia e lágrimas.

Através destes rituais, festividades e cantares, a comunidade agradece e pede a protecção divina ao seu Padroeiro, Santos e Virgem, para os que desapareceram no mar, em especial, para aqueles que têm de partir e afrontar o mar e os perigos cotidianos, assim como, para os que ficam, sobretudo, as mulheres, as quais têm de suportar a ausência e a ansiedade da separação e da perda.

O mar representa sentimentos múltiplos e contraditórios: de serenidade, mistério, revolta, esperança, angústia, alegria, tristeza, perigo, sedução, aventura e medo.

Na cultura ocidental, nomeadamente em Portugal, o mar está associado ao mistério e à aventura, mas também, ao perigo e ao medo, porque representa a imensidão e o poder da natureza, da força cósmica e divina; constitui um espaço desconhecido, abstrato, invisível, incontrolável, existindo um conjunto de aspectos simbólicos, mágicos e rituais de protecção das gentes do mar (capelas, orações, objetos, procissões, oferendas, ex.votos) que encontramos em diferentes regiões do continente e das ilhas. Alguns destes rituais, embora tenham diminuído, continuam vivos nalgumas comunidades tradicionais, concomitantemente com práticas individuais, por exemplo, não proferir certas palavras e comportamentos enquanto se navega durante a noite, evitar a presença no barco de algumas pessoas como mulheres.

COMUNIDADES MARÍTIMAS – IDENTIDADE E GÊNERO

A urbanização, a democratização da sociedade, as novas tecnologias, o aumento da escolarização e do turismo, as políticas de igualdade de género e da pesca, vieram provocar alterações na vida social, familiar e profissional das comunidades relacionadas com o mar e as pescas. Contudo, embora se verifique modernização crescente e transformações diversas,, continuam a

existir tempos e espaços masculinos e femininos, atividades bem definidas e papéis distintos e complementares para homens e mulheres.

Apesar das mudanças, no mundo piscatório, nomeadamente em Portugal, podemos falar de uma certa divisão social/sexual dos espaços, na qual as tarefas e aprendizagens são transmitidas, através das gerações, em mundos separados. Nas comunidades piscatórias, homens e mulheres têm, em geral, papéis delimitados na divisão sexual do trabalho: aos homens fica, em geral, destinada a partida, a ida ao mar e às mulheres a terra, a casa, os filhos e a praia. (COLLE, 1994)

Ariès (1981) fala de uma divisão social/sexual dos espaços segundo a qual as tarefas e as aprendizagens são transmitidas através das gerações em mundos separados, aspectos que podemos ainda verificar nalgumas comunidades piscatórias, nomeadamente, em Portugal.

O universo piscatório é historicamente masculino:

A classificação do espaço, opondo o mar à terra é central para a identidade do grupo como um todo e corresponde à oposição homem/mulher. Ela não é uma oposição simétrica, mas hierárquica [...] A actividade do homem – pescador é completa porque ele é a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a identidade do grupo. (WORTMANN, 1992, p. 58)

O universo masculino dentro das atividades piscatórias relega a alguma “invisibilidade” e ao silêncio o feminino, mesmo quando a atuação das mulheres é fundamental para a reprodução e sobrevivência do grupo e, ainda, que tenha havido maior visibilidade das mulheres nestas atividades. Com efeito, a divisão bipolar mar/terra, homem/mulher, a separação entre masculino e feminino, tem vindo a diminuir, as mulheres estando cada vez mais representadas, quer nas atividades administrativas e associativas, quer na produção artesanal e industrial, quer, ainda, no comércio e distribuição dos recursos piscatórios.

Os valores da coragem para enfrentar o mar constituem um dos atributos tradicionais fundamentais do pescador, sendo simultaneamente definidor da sua identidade e da sua capacidade para suportar uma família. A força, a resistência física, o conhecimento das artes da pesca e dos mares,

que podia ser avaliado pelo sucesso na pesca, e o gosto pelo trabalho, apresentam-se no discurso e representações como características masculinas, fazendo parte da identidade do pescador.

Ao homem pertence o barco, o mar, o horizonte, a partida. O *ethos* piscatório promove os valores da masculinidade, como a coragem, a virilidade e a responsabilidade no enfrentamento diário com o perigo, a insegurança, a imprevisão e a dureza do mar.

As mulheres das comunidades piscatórias tradicionais estão ativas na vida da comunidade e da família. Os homens, partindo para o mar ou ocupados com as atividades da pesca, são figuras mais discretas, sendo as mulheres que assumem a condução das suas famílias, os cuidados e a educação das crianças, a gestão da casa e os recursos familiares, as questões patrimoniais, para além de ajudarem nas lides do mar e da pesca. As mulheres dos pescadores têm as suas vidas regidas por tempos ligados aos elementos da natureza que influenciam os ritmos da vida comunitária, divididos entre tempos de pesca/mar ou de paragem/terra; de espera ou de calma; de companhia/partilha ou solidão/isolamento; de presença/ausência.

Nas comunidades piscatórias encontramos:

- a) as mulheres de pescador, exercendo as funções de educação dos filhos e ocupações domésticas e familiares, colaborando em terra de forma informal não remunerada com os seus companheiros ou familiares, também designadas por "*esposas (e filhas) colaboradoras*". (MACALISTER et al., 2002)
- b) as mulheres pescadoras, trabalhando em terra e no mar e buscando espaços de atuação profissional e de sobrevivência.

Apesar dos mitos de má sorte e infortúnio e de fragilidade que a figura feminina representa no mar, o papel da mulher está presente em toda a cadeia produtiva piscatória, nomeadamente em Portugal. Ela está a montante e a jusante da atividade extrativa da pesca, nomeadamente, na confecção e reparo de instrumentos de pesca, transporte, conserva e preparação do peixe, na distribuição e venda, extração de moluscos, mariscos e sargaços, na beira das praias, rios e lagos, por vezes, trabalho a bordo, na preparação de iscas e em outras atividades de apoio terrestres, da documentação à pintura de barcos.

Como refere Brandão (2005, p. 139-142):

O homem percorre incessantemente o rio ou o mar rapando-o até ao fundo, do mexoalho com que se adubam as terras, da solha nas areias, da faneca ou da sardinha na boca da barra e do sável quando ele vai à desova [...] Acabada a pesca, todo o trabalho cabe à mulher, que fabrica a graxa, que trata dos filhos, que faz as redes, as lava e as conserta, e que vai vender por esses caminhos fora.

No norte de Portugal, como na comunidade piscatória de Vila Chã, uma atividade muito importante dada a existência de uma grande diversidade de algas, e tipicamente feminina é a apanha, seca e transporte do sargaço, o qual é utilizado como um fertilizante natural pelas populações costeiras que se dedicam à agricultura. Também, algumas mulheres em certas comunidades piscatórias do norte de Portugal, por ex. Vila Chã, tripulavam os barcos, possuindo as cartas de arrais que lhes concedia a licença para se fazerem ao mar. (COLE, 1994; RAMOS, 2010)

Muitas das mulheres envolvidas na pesca artesanal e em pequena escala dedicam-se igualmente, a outras atividades, por exemplo, à recolha de água e lenha, à agricultura, à confecção e venda de artesanato, de produtos alimentares e de rendas (Figura 9). Aliás, é bem conhecido nas comunidades marítimas e costeiras do Nordeste brasileiro a seguinte afirmação: *Onde há redes há rendas*.

Figura 9

Rendas fabricadas pelas comunidades piscatórias, sobretudo pelas mulheres. Portal da Barra, Alagoas.

Foto: Natália Ramos, 2011.



Nas comunidades costeiras, em Portugal, como um pouco por todo o mundo, as atividades produtivas exercidas pelas mulheres estendem-se da pesca, ao processamento do pescado, à comercialização, à agricultura e cultura de peixes, à participação nos mercados informais e formais de trabalho, ao emprego governamental e às atividades ambientais e legislativas.

Nas comunidades piscatórias tradicionais, como em Nazaré ou Vila Chã, etc, o peixe é vendido diretamente pelas mulheres, na rua ou na praia, logo à chegada dos barcos sem passar pela lota.

Figura 10

Polvo preparado para ser vendido na praia. Comunidade Piscatória de Vila Chã.

Foto: Natália Ramos, 2011.



Figura 11

Pescador trabalhando nas redes de pesca Vila Chã.

Foto: Natália Ramos, 2010.

Onde as dificuldades econômicas e sociais das comunidades rurais, costeiras e ribeirinhas aumentaram, durante as últimas décadas, os estudos apontam para o aumento de casos de mulheres que participam ativamente na pesca.

Assim, o papel das mulheres constitui uma contribuição essencial para as unidades de produção e para o sustento da casa, assim como, para o desenvolvimento social das comunidades piscatórias. Contudo, o seu trabalho é frequentemente invisível nas estatísticas, não reconhecido com uma remuneração e, em geral, não goza do reconhecimento legal que lhes daria acesso aos sistemas de protecção social, formação, crédito, assim como a outros recursos.

As mulheres das comunidades piscatórias em Portugal, no Brasil, como um pouco por todo o mundo, têm vindo a organizar-se, nomeadamente em movimentos associativos, chamando a atenção para problemas, não apenas como pescadoras, mas, igualmente, como membros das suas comunidades e como responsáveis pelas suas famílias. A conquista de direitos, nomeadamente, à formação e à aquisição de um estatuto que reconheça a sua contribuição económica e que lhes dê acesso a uma protecção social própria, a promoção de políticas e normas de segurança, assim como, a defesa e a protecção dos direitos destas comunidades e trabalhadores, constituem algumas das preocupações destes movimentos associativos.

PESCA, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE

Segundo Heubel (1928), a pesca é considerada uma das atividades mais antigas exercida pelo homem. As estimativas (FAO, 2006; OIT, 2008) indicam que as atividades de pesca empregam entre 25 a 34 milhões de homens e mulheres no mundo e destes, 75% são pescadores artesanais.

No mundo, nomeadamente em Portugal e no Brasil, a atividade piscatória constitui um trabalho muito perigoso, tanto no que diz respeito à saúde, quanto à segurança, comportando muitos riscos (físicos, psíquicos, químicos, biológicos e ergonômicos) e onde ocorre um elevado número de doenças e de acidentes, geralmente fatais. A pesca no mar é considerada uma das mais perigosas ocupações no mundo, com cerca de 24 000 mortes anualmente.

O trabalho e a vida dos pescadores, “amarga vida trabalhosa” (BRANDÃO, 2005) pautam-se por muitos perigos, dificuldades e riscos.

Ao nível da saúde, os homens e as mulheres do mar são grandemente afetados. As populações relacionadas com as pescas, sobretudo, com a pesca artesanal, deverão ser incluídas entre os grupos sociais de risco, pelas agressões à saúde física e psíquica e aos acidentes e riscos quotidianos a que estão submetidas. (ALI, 1994; COSTA, 1989; DALL’OCA, 2004; MALPIQUE, 1990; PARMEAGGIANI, 1989; PENA, 2011; SANTANA, 1996; SANTOS, 2009; SCHINDER et al, 1992; SCRIMGEON, 1994; RAMOS, 2010, 2011)

A estes acidentes estão ligados múltiplos fatores, a saber: naufrágio (devido às más condições climáticas, provocando tempestades e má visibi-

lidade e a sua não valorização); consumo excessivo de álcool; cansaço, sono e depressão; condições deficientes de embarque/desembarque (por exemplo, técnicas incorretas, pouca iluminação, plataforma deficiente); imposições e dificuldades econômicas que levam à prática laboral em más condições climáticas e perigosas; falta de informação e formação sobre medidas preventivas e de segurança ou negligência dessas medidas.

Outros fatores de risco para a saúde dos pescadores são:

- a) os riscos ergonômicos, lesões músculo-esqueléticas, devido a cargas elevadas, posturas forçadas, movimentos repetitivos, organização inadequada do trabalho e do esforço necessário a desenvolver de modo a manter o equilíbrio com as oscilações da embarcação e elevado stresse;
- b) os riscos físicos, principalmente devido à exposição ao frio, ao calor, à radiação solar, ao vento, à umidade, ao ruído, provocando problemas reumáticos, dermatológicos, circulatórios, respiratórios, de visão e perdas de audição.

A atividade piscatória expõe os trabalhadores a possíveis riscos de afogamento, lesões com apetrechos de pesca cortantes e perfurantes, esforços físicos excessivos e posturas inadequadas, trabalho noturno, jornadas prolongadas de trabalho, ruído, isolamento, tempestades, ações de agentes biológicos, como fungos, vírus, ou mesmo ataque de insetos e animais.

O exercício intensivo da pesca, sobretudo artesanal, provoca elevado desgaste físico e acidentes de trabalho, comprometendo fortemente a saúde dos homens e das mulheres trabalhadoras e estando na origem, nomeadamente: de graves problemas de caráter osteo-articular (reumatismo, artrites, dores na coluna, pulsos, braços, ombros, etc), intoxicações por gases ou fumo, lesões dermatológicas, nomeadamente cancro da pele, queimaduras, lesões degenerativas da pele e problemas de visão, como cataratas e ardor nos olhos. Nestas populações e trabalhadores, também têm sido detectados problemas de alcoolismo, tabagismo, abuso de drogas, distúrbios de sono, depressão e outros transtornos psíquicos. (BEZERRA, 2002; MALPIQUE, 1990; RAMOS, 2010, 2011; SANT'ANNA, 2003; TORRES, 2003)

A combinação de baixas ou altas médias de idades, ou seja, de crianças e jovens ou idosos, a baixa escolaridade e qualificação profissional, a precariedade econômica, a dupla jornada de trabalho, no caso das mulheres, agra-

vam os riscos e os problemas de saúde. As mulheres que trabalham neste ramo de atividade apresentam mais problemas de saúde, devido às múltiplas tarefas, ao fato de conjugarem uma atividade muito exigente ao nível de esforços físicos, com as atividades domésticas e familiares. (COSTA, 1989; PENA, 2011; RAMOS, 2010, 2011; SANTANA, 1996)

Também, para as mulheres que apanham moluscos, algas, mariscos, em Portugal ou no Brasil, há riscos ergonômicos acrescidos, como sobrecarga muscular no pescoço, ombros, costas, membros superiores e região lombar, para além, do excesso rítmico centrado nos pulsos, provocado pelas atividades repetitivas, originando dores nos braços, ombros, costas, pulsos, coluna, e no corpo em geral. As sargaçadeiras e as marisqueiras desenvolvendo uma atividade relacionada com grande desconforto físico, com posturas corporais forçadas e inadequadas, e com movimentos que exigem esforços repetitivos no trabalho, devem ser incluídas entre os grupos sociais de risco. (COSTA, 1989; PENA, 2011; RAMOS, 2010, 2011; SANTANA, 1996) É de assinalar que esta atividade é, essencialmente, exercido pelas mulheres e pelas crianças.

Figura 12

Marisqueira na apanha do marisco. Cabedelo, João Pessoa, Brasil.

Foto: Natália Ramos, 2011.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à proteção, à educação e ao desenvolvimento das comunidades marítimas, à defesa do seu patrimônio cultural e ecológico-ambiental,

e para um desenvolvimento mais sustentável há ainda muito a fazer. Sobre- tudo, no que diz respeito à saúde e segurança no trabalho das populações marítimas, à proteção social, qualificação profissional e remuneração, em particular, dos pescadores artesanais – em suma, ao desenvolvimento em geral, à qualidade ambiental e à melhoria das suas condições de vida.

É importante eliminar as fontes terrestres e marinhas de poluição, sobretudo, nas zonas litorâneas, de modo a diminuir os riscos de aquisição de doenças, a melhorar a qualidade de vida das populações locais, a contribuir para a diminuição da degradação do litoral e marinho e para promover a saúde e o bem-estar de todos.

Ao nível económico, o mar está intimamente relacionado com o turismo e, para a sustentabilidade do turismo costeiro, é necessário zelar pela qualidade ambiental do mar e pela proteção das zonas costeiras. Por exemplo, em Portugal e na Europa, as zonas litorâneas são o destino da maioria dos turistas, pelo que se torna muito importante o desenvolvimento económico, a sustentabilidade do ambiente e a qualidade de vida nessas regiões.

As regiões costeiras têm sido muito afetadas pelas alterações climáticas. É da maior importância a gestão dos riscos que decorrem para essas regiões dos impactos negativos dessas mudanças, com a subida do nível das águas, a salinificação dos solos agrícolas, as inundações, a erosão costeira, o aumento de tempestades, podendo estas vir a assumir grandes implicações ao nível da economia e do desenvolvimento dessas regiões.

É necessário o desenvolvimento de políticas que apoiem e tornem mais visível o trabalho desempenhado por estas populações, nomeadamente pelas mulheres, reconhecendo-as como trabalhadoras de pleno direito. A valorização e o reconhecimento social do seu trabalho, assim como, modos de produção e comercialização que promovam o trabalho cooperativo e sustentável, poderão contribuir para melhorar a saúde e a qualidade de vida destas populações. Igualmente, é fundamental melhorar as condições, a segurança e saúde no trabalho, assim como, promover acções educativas e informativas voltadas para a prevenção de acidentes e doenças laborais.

É importante a implementação de políticas públicas adequadas e coordenadas, de modo a promover o acesso das populações marítimas e piscatórias aos serviços educacionais, sociais e de saúde ao nível preventivo,

curativo e de reabilitação e a favorecer modos ergonômicos de trabalho mais saudáveis. Estratégias e políticas que deverão favorecer o bem-estar, melhorar as condições ambientais, a promoção da qualificação profissional e emprego destes trabalhadores, assim como, o desenvolvimento dos indivíduos e famílias destas comunidades.

É importante conscientizar e educar as populações e gestores para a importância do mar, para a sua preservação e a defesa do seu patrimônio, sobre os riscos e perigos envolvidos para a saúde e para a biodiversidade, assim como, promover a cidadania marítima.

A gestão, qualidade e proteção dos mares como um espaço comum, das zonas costeiras e das suas gentes, exigem políticas e vontades articuladas no plano nacional e internacional, que associem as decisões e políticas dos governantes, a responsabilidade social das empresas, as estratégias e políticas de preservação do ambiente e dos ecossistemas e a conscientização e a mobilização dos cidadãos.

Tendo Portugal, como o Brasil, ricas e diversificadas zonas costeiras, amplas áreas marítimas e uma grande riqueza ambiental, é prioritário o investimento nesta área ao nível da intervenção e da pesquisa, a promoção de pesquisas multi/interdisciplinares, sobretudo, no domínio educacional, ambiental e da saúde, onde os estudos são ainda reduzidos.

REFERÊNCIAS

- ALI, S. A. *Dermatoses ocupacionais*. São Paulo: FUNDACENTRO, 1994.
- ARIÉS, Ph. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zer, 1983.
- BRANDÃO, R. *Os Pescadores*. Lisboa: Ulisseia, 2005.
- CARVALHO, V. C., RIZZO, H. G. *Zona costeira brasileira: subsídios para uma avaliação ambiental*. Brasília: IBAMA, 1994.
- GOMES, F. V. A Gestão da Zona Costeira Portuguesa. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, APRH/UNIVALI, v. 7, n. 2, p. 3-95, 2007.
- COLLE, S. *Mulheres da praia: o trabalho e a vida numa comunidade pesqueira portuguesa*. Lisboa: D. Quixote, 1994.

- COLLET, S. De la fonction symbolique des femmes dans les économies halieutiques. *Anthropologie Maritime*, Paris, v. 4, p. 181-194, 1992.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Europa. ssuntos Marítimos e Pescas. Documentação e Legislação*, CE, nº 829, 2007.
- COMISSÃO EUROPEIA. Livro Verde: *Para uma futura política marítima da União: uma visão europeia para os oceanos e dos mares*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO. *Uma Política Marítima Integrada Para a União Europeia*. COM, 395, 2008.
- _____. *Livro Branco sobre a adaptação às alterações climáticas: para um quadro de acção europeu*. COM, 147, 2009.
- COSTA, C. F. *Recortes do imaginário social de pescadores artesanais de águas fluviais*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Católica de São Paulo, 1989.
- DALL’OCA. Diagnose das entidades envolvidas com pesca profissional no estado de Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo v. 27, p. 103-116, 2002.
- DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE. Relatório de Estado do Ambiente, Lisboa, 2000.
- FERREIRA, A. et al. *Análise colectiva do trabalho de pescadores mergulhadores de lagosta brasileiros*. São Paulo: FUNDACENTRO, 2003.
- HEUBEL, M. *L'évolution de la pêche*. Paris : Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales. 1928.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*. Brasília: IBGE, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Estatísticas da Pesca – 2009*. Lisboa: INE, 2010.
- _____. *Estatísticas da População – 2009*. Lisboa: INE, 2010.
- INQUÉRITO NACIONAL DE SAÚDE. INQUÉRITO Nacional de Saúde.1998/1999. Lisboa: INSA, 2010.
- MACALISTER, E. et al. *The role of women in the fisheries sector*. Hampshire: European Commission, 2002.
- MALPIQUE, C. *A ausência do pai*. Porto: Afrontamento, 1990.
- OIT. Conditions de travail dans le secteur de la pêche. *Conférence Internationale du travail*. Genève: OIT, 2004.

PENA, P.; FREITAS, M.; CARDIM, A. Trabalho artesanal, cadências informais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, Abrasco, 2011.

RAMAZZINI, B. *As doenças dos trabalhadores*. São Paulo: FUNDACENTRO, 2000.

RAMOS, N. Comunicação: Cultura e Identidades Marítimas e Piscatórias – Dinâmicas Sociais, de Saúde e Género. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL COMUNIDADES MARÍTIMAS E RIBEIRINHAS. OLHARES LUSÓFONOS CRUZADOS. Lisboa, Univ. Aberta, 18 out. 2010.

RAMOS, N. Comunicação: Comunidades marítimas, cultura e perspectivas de saúde, identitárias e interculturais. In: COLOQUIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE, 1., 2011, Aracaju. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 30-31 ago. 2011.

_____. Comunicação: cultura e gentes do mar – desenvolvimento, saúde e género. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO CITICEM: O MAR – PATRIMÓNIO, USOS E REPRESENTAÇÕES, 2., 2011, Porto. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 20-22 de out. 2011.

SANTANA, M. N. *TV, a escola dos pobres: Ações da escola e da televisão sobre os filhos de pescadores artesanais da colónia Z-1, Corumbá-MS*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, 1996.

SANTOS, M. *Um breve olhar sobre a pesca*. 2010. Disponível em: <<http://www.revistaseguranca.com>>. Acesso: 17 ago. 2010.

SCRIMGEOUR, E. M. Prawn trawling in the gulf of carpentaria, northern australia: aspects of ocupacional health. *Medical Journal of Australia* Melbourne, v. 160, n. 5, p. 153-156, 1994.

TORRES, V. L. Saúde, pescas e envelhecimento no estuário amazónico. CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLECTIVA. 7., 2003. Brasília. *Anais...* Brasília: Abrasco, 2003.

WOORTMANN, E. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e género em comunidades pesqueiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, São Paulo, v. 18, p. 42-58, 1992.

A complementaridade de pontos de vista sobre representações do meio ambiente está presente nos diversos textos que compõem esta coletânea. Busca-se trazer uma multiplicidade de olhares que possam, por sua heterogeneidade, contribuir para uma melhor compreensão de questões tão basilares às sociedades atuais como as que concernem ao meio ambiente e ao clima.

A despeito da complexidade e abrangência do tema, a intenção é que o reconhecimento do seu caráter multidisciplinar e a apresentação de discursos e práticas diferentes, porém correlacionados, sobre clima e meio ambiente, possam colaborar para o aprofundamento da temática ambiental e da sua relação com o cinema e a cultura, assim como para tomadas de posição práticas e consequentes.

